

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO PÓS-PANDEMIA: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2022-2024)

PERSPECTIVES AND CHALLENGES OF FINANCIAL EDUCATION IN POST-PANDEMIC HIGH SCHOOL: A QUALITATIVE ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTIONS (2022-2024)

Anderson Martins Rocha do Prado¹
Douglas Marin²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar um panorama sobre como a Educação Financeira vem sendo discutida no ensino médio, em um período pós-pandemia. Este estudo caracteriza-se por uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo. A constituição do corpus de análise foram as produções acadêmicas no Catálogo ou Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os anos de 2022 e 2024, em especial, nos estudos produzidos em Mestrados Profissionais. Para as análises, nos inspiramos na Análise de Conteúdo, por sua contribuição na descrição e interpretação rigorosa e sistemática dos textos selecionados. As produções selecionadas foram organizadas em quatro eixos, a saber: (1) A Educação Financeira como instrumento de emancipação social; (2) Educação Financeira e Inflação: uma abordagem crítica para realidades brasileiras; (3) Educação Financeira em tempos de pandemia: inovação e crítica no ensino de Matemática; e, (4) Outras contribuições para o ensino de Educação Financeira no ensino médio e na EJA. Espera-se que este estudo possa incentivar e contribuir para futuras pesquisas que versem sobre a Educação Financeira e que não se limita à transmissão de algoritmos, mas problematiza as estruturas que geram vulnerabilidade, inspirando professores a uma tarefa que, conforme a pedagogia freiriana, é fundamentalmente ética e política.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira; Ensino Médio; Educação Matemática.

ABSTRACT: This study aims to present an overview of how Financial Education has been discussed in high school, in a post-pandemic period. This study is characterized by a qualitative, bibliographic and interpretative approach. The corpus of analysis was composed of academic productions in the Catalog or Database of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), between the years 2022 and 2024, especially in studies produced in Professional Master's Degrees. For the analyses, we were inspired by Content Analysis, for its contribution to the rigorous and

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Avila - 2121, Bloco 1F, 34 3239-4126. anderson.prado@ufu.br

² Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual "Júlio, de Mesquita Filho". Professor do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Avila - 2121, Bloco 1F, 34 3239-4126. douglasmarin@ufu.br

systematic description and interpretation of the selected texts. The selected productions were organized into four axes, namely: (1) Financial Education as an instrument of social emancipation; (2) Financial Education and Inflation: a critical approach to Brazilian realities; (3) Financial Education in times of pandemic: innovation and criticism in the teaching of Mathematics; and, (4) Other contributions to the teaching of Financial Education in high school and EJA. It is hoped that this study will encourage and contribute to future research on Financial Education that is not limited to the transmission of algorithms, but problematizes the structures that generate vulnerability, inspiring teachers to a task that, according to Freirean pedagogy, is fundamentally ethical and political.

KEY-WORDS: Financial Education; High School; Mathematics Education.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Financeira é uma área interdisciplinar que busca capacitar indivíduos a gerir seus recursos financeiros de forma eficaz, utilizando conceitos econômicos e matemáticos. A relação entre a Matemática e a Educação Financeira é ampla, uma vez que a compreensão de noções indispensáveis, como juros, empréstimos, investimentos e planejamento financeiro, depende de ferramentas matemáticas.

No século XVIII, o crescimento do capitalismo e das operações bancárias complexificou ainda mais o uso de ferramentas matemáticas nas finanças. Adam Smith, com sua obra “A Riqueza das Nações” que foi publicada em 1776, abordou a necessidade de conhecimento sobre finanças pessoais e políticas econômicas, refletindo uma interconexão entre Matemática, Economia e finanças. A partir desse momento, o uso de matemática avançada em finanças, como cálculos de probabilidades e estatísticas, tornou-se essencial para a Educação Financeira.

O surgimento de teorias econômicas no século XIX e a evolução dos mercados financeiros trouxeram uma abordagem mais formal para o ensino de finanças. O modelo de juros compostos, por exemplo, foi amplamente aplicado em contratos de longo prazo, facilitando o ensino de conceitos complexos de Matemática Financeira no contexto de Educação Financeira (Boyer, 1996).

Apenas no século XX, a Educação Financeira passou a ser reconhecida como uma disciplina necessária para o público em geral. Durante a “Grande Depressão”, também conhecida como “Crise de 1929”, considerada a maior crise financeira da história dos Estados Unidos, percebeu-se que a falta de conhecimento financeiro básicos contribuía para a vulnerabilidade econômica de muitas famílias. Para Lusardi e Mitchell (2014), isso estimulou iniciativas públicas e privadas para aumentar uma alfabetização que auxiliasse a população,

muitas vezes usando a Matemática como base para ensinar conceitos, como de orçamento, poupança e crédito.

Segundo o Banco Central do Brasil (2021), essa concepção tem se tornado um tema de crescente interesse no Brasil, diante da constatação de que a população apresenta baixos níveis de alfabetização econômica, o que impacta diretamente a qualidade de vida e a capacidade de tomada de decisões financeiras conscientes.

A crescente complexidade das relações econômicas e a ampliação do acesso ao crédito têm colocado a Educação Financeira como um dos pilares para a construção de cidadãos. No contexto brasileiro, marcado por desigualdades históricas e por uma cultura de consumo fortemente estimulada, a discussão sobre a temática assume contornos ainda mais urgentes.

Essa entidade ainda salienta que essa preocupação surge em um contexto social marcado por crescentes demandas econômicas e sociais, em que indivíduos são constantemente confrontados com decisões sobre consumo, crédito, poupança e investimentos.

Para contornar essa situação, observa-se que a inserção da Educação Financeira no currículo escolar, configura-se como uma estratégia para formar cidadãos críticos e preparados para os desafios da vida cotidiana para lidar com suas finanças pessoais (BNCC, 2018).

Nesse contexto, foi desenvolvida uma pesquisa mais ampla que buscou compreender o que dizem os estudos sobre essa relação entre a Matemática e a Educação Financeira. Para esse artigo, o objetivo foi apresentar um panorama acerca de como a Educação Financeira vem sendo discutida no ensino médio, em um período pós-pandemia, em especial, nos estudos produzidos em Mestrados Profissionais espalhados pelo Brasil³.

Deste modo, o texto que compõe o presente artigo foi organizado pelos seguintes tópicos, que sucedem essa introdução: Desafios da Educação Financeira; Educação Financeira e cidadania: uma abordagem crítica para enfrentar desigualdades; Caminho metodológico; Resultados obtidos e as Considerações finais.

2. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira é entendida como o processo que capacita indivíduos a tomar decisões conscientes e responsáveis em relação aos recursos financeiros, promovendo um planejamento, controle e utilização adequada do seu dinheiro (OECD, 2020). No Brasil, a

³ Optou-se pelo ensino médio, pois o primeiro autor dessa proposta, além de ser docente nesse nível de ensino, é estudante de um Programa de Mestrado nessa área.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) tem buscado implementar políticas que tornem esses conhecimentos acessíveis à população escolar, especialmente diante dos impactos da inflação, endividamento e baixa poupança (Brasil, 2020).

A BNCC (2018), recomenda essa necessidade de se trabalhar a Educação Financeira junto ao currículo de Matemática, e ainda salienta que

[...] podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (Brasil, 2018, p.269).

De fato, a temática necessita de uma abordagem mais ampla, uma vez que não trata apenas do domínio técnico dos conceitos matemáticos, mas também da formação de uma mentalidade crítica e responsável em relação ao uso e gestão de recursos financeiros.

Corroborando a isso, O ENEF lançado em 2010, apresenta diretrizes para promover uma Educação Financeira que vai desde a infância até a vida adulta, com o objetivo de desenvolver cidadãos com uma melhor capacidade de tomar decisões financeiras (Brasil, 2018), para os autores

[...] essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais das pessoas, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e proporcionar condições para ampliar e aprofundá-los. (Brasil, 2018, p.269).

A sua principal função está em formar cidadãos mais conscientes sobre suas próprias finanças pessoais, capacitando-os a controlar melhor seus orçamentos e evitar o endividamento descontrolado. Entretanto, há muito a se fazer. Segundo dados da Serasa (2025), em abril desse ano, havia 76,6 milhões de brasileiros em situação de inadimplência.

Aliado a esses números, estudos revelam que o acesso desigual à educação e as barreiras socioeconômicas dificultam o alcance de uma alfabetização financeira ampla e eficaz. Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) indicam que aproximadamente 46,7% dos estudantes brasileiros de 15 anos⁴ apresentam conhecimentos financeiros abaixo do nível básico, evidenciando dificuldades em realizar tarefas como calcular juros ou interpretar faturas de cartão de crédito.

Apesar dos esforços, todos esses dados apontam o quanto é desafiante lidar com a Educação Financeira. Isso reforça a necessidade de mais estudos e a promoção desse debate

⁴ Nessa faixa etária se encontra os estudantes de 1º ano de ensino médio que fazem parte desse estudo.

no currículo escolar mais cedo, além disso, a expansão e criação de novas políticas públicas que promovam uma inclusão financeira a todos.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CIDADANIA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA PARA ENFRENTAR DESIGUALDADES

Ao mergulhar na literatura específica da área, percebeu-se que a Educação Financeira tem sido frequentemente compreendida de forma reducionista, focada na aquisição de habilidades técnicas para o controle de gastos, elaboração de orçamentos e planejamento financeiro pessoal.

Geralmente, essa abordagem, presente em manuais e materiais voltados ao público geral, privilegia a racionalidade econômica e a tomada de decisões individuais, muitas vezes desconsiderando aspectos sociais, culturais e estruturais que influenciam a nossa relação com o dinheiro.

Autores como Lusardi e Mitchell (2011) destacam que a literacia financeira vai além de saber lidar com números; ela envolve a capacidade de tomar decisões conscientes e responsáveis ao longo da vida, considerando o contexto em que estamos inseridos.

Ampliando essa visão, Freire (1996) propõe uma Educação Financeira Crítica, que surge como uma alternativa à abordagem tradicional. Essa perspectiva não se limita a ensinar "como gastar", mas questiona "por que gastamos" e "como gastamos", convidando as pessoas a refletirem sobre seus valores, prioridades e as desigualdades presentes na sociedade.

Esse conceito valoriza o diálogo e a problematização da realidade vivida, permitindo que as pessoas compreendam as causas estruturais de sua situação econômica. Portanto, essa abordagem contribui não apenas para formar consumidores mais conscientes, mas também cidadãos críticos e atuantes, capazes de questionar e transformar as condições sociais que moldam o consumo e o endividamento.

Além disso, ao incorporar os conceitos de Freire (1996) às propostas pedagógicas de escolas e políticas públicas, podemos contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Reforçando essa ideia, a OCDE (2016) aponta que o ensino de conceitos financeiros desde os primeiros anos escolares pode promover maior equidade, garantindo que mais alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprender e desenvolver competências financeiras, independentemente de suas condições sociais, econômicas, regionais ou familiares. Assim, fornecemos ferramentas para que todos possam participar de forma mais ativa da vida

econômica. Nesse contexto, a literacia financeira deixa de ser um privilégio de classes mais altas e passa a ser um direito fundamental à cidadania.

Pensar a Educação Financeira como instrumento de inclusão exige um compromisso ético com a justiça social e com a formação de pessoas capazes de compreender e enfrentar criticamente os mecanismos que reproduzem a desigualdade econômica em nossa sociedade.

Portanto, fica claro que essa temática vai muito além da simples transmissão de conhecimentos técnicos; ela desempenha um papel fundamental na formação integral do indivíduo, capacitando-o a atuar de maneira crítica e consciente diante das complexas dinâmicas socioeconômicas.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

Esse estudo incorpora uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, seguindo a tipologia de análise de conteúdos, pois visa “abordar apenas um setor das publicações sobre o tema estudado” (Romanowski, 2006, p.40) expressando os principais resultados do que foi produzido no campo de estudo em questão.

Segundo Ferreira (2002), essa metodologia tem o propósito de produzir um balanço das pesquisas sobre uma determinada temática, em um período estabelecido. Não se trata de uma revisão de literatura, mas, sim, numa tentativa de indicar compreensões que carecem de estudos mais aprofundados, mostrado a partir de pesquisas no âmbito de teses e dissertações.

Frente ao exposto, sustentados pelo desafio de responder o objetivo proposto, foi feito um mapeamento das produções acadêmicas no Catálogo ou Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em relação ao período da pesquisa, levando-se em consideração pós-pandemia, entre os anos de 2022 e 2024, em especial, nos estudos produzidos em Mestrados Profissionais.

Os descritores escolhidos foram (1) "Educação Financeira"; (2) “Matemática Financeira”; (3) “Ensino de finanças”; (4) “Práticas pedagógicas em finanças”; e (5) “Alfabetização financeira”. A escolha desses descritores foi pensada para obter o melhor resultado possível, já excluindo possíveis trabalhos desnecessários.

Foram encontrados 246 trabalhos, na etapa de busca foram submetidos à Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2016), consiste em:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

Foram realizadas as três etapas da Análise de conteúdo, conforme proposto pelo autor: “[...] 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.” (Bardin, 2016, p. 125). Na pré-análise foi realizada a leitura flutuante dos 246 trabalhos pelo título, resumo e palavras-chave e os seguintes critérios: além de tratar da inserção profissional, considerou-se como parâmetros: 1) Ensino de Ciências e Matemática; e 2) Matemática. Deste modo, foram selecionados treze, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das pesquisas e dados principais das dissertações

Autor/ano	Título da Dissertação	Mestrado Profissional
Guilherme Guimarães Laborão (2022)	A Educação Financeira no Ensino Médio: Perspectivas E Possibilidades	Ensino de Ciências e Matemática (PUC-MG)
Hugo Lagrimante Ferreira (2022)	Educação Financeira Escolar e Educação Matemática: A desigualdade social no Brasil	Educação Matemática (UFJF)
Marcelo Gomes Ferreira De Moraes (2022)	Educação Financeira: uma investigação estatística de situações reais	Ensino de Ciências e Matemática (UFU)
Marissa Lima Puton (2022)	Ensino de Educação Financeira: Uma investigação por meio de situações de aprendizagem com uma turma de Ensino Médio	Ensino de Ciências Exatas (UNIVATES)
Ana Paula Rodrigues Da Costa (2022)	Educação Financeira na sala de aula: Uma proposta metodológica para o Ensino de Matemática no Ensino Médio.	Educação em Ciências e Matemática (IF-ES)
Michela Rodrigues de Souza Monteiro Santana (2022)	Educação Financeira Escolar: uma proposta de atividades para o Ensino Médio baseada nas concepções de pesquisas brasileiras no período de 2016 a 2021	Práticas de Educação Básica (CPII - RJ)
Magda Rita Da Paixão Simas (2023)	A Educação Financeira sob a luz da teoria de registro e representações semiótica: Análise de uma sequência didática para alunos da 1ª Série do Ensino Médio	Ensino de Ciências (UERR)
José Roberto Oliveira (2023)	Educação Financeira no Ensino Médio: Um ensino com significado	Ensino de Ciências e Matemática (UPF)
Tatiana Deslesposte (2023)	Educação Financeira em uma perspectiva crítica para o mundo do trabalho: uma proposta didática com estudantes do ensino médio integrado	Educação em Ciências e Matemática (IF-ES)
Bruno Schneider (2023)	Letramento Financeiro no Ensino Médio: Uma abordagem através da Resolução de problemas	Ensino de Ciências Naturais e Matemática (FURB - RS)
João Victor Dos Santos Gonçalves (2024)	A Vista Ou A Prazo: investigação sobre juros, descontos e parcelamentos no contexto da educação matemática crítica.	Ensino de Matemática (USP)
Felipe Garcia Dos Santos (2023)	Educação Financeira e Inflação: uma proposta de cenário para investigação para o ensino de jovens, adultos e idosos.	Ensino de Matemática (USP)
Gabriel Deldono Pereira	Educação Financeira e Progressões Aritméticas: uma proposta de cenário para investigação	Ensino de Matemática (USP)

(2024)	voltada ao primeiro ano do ensino médio	
--------	---	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, conduzidos pelo objetivo da pesquisa, foram estabelecidas as análises dos trabalhos selecionados. O qual será discutido na próxima seção.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentamos os principais resultados obtidos a partir da análise de dissertações de mestrado que tratam da temática da Educação Financeira no ensino médio. As produções selecionadas foram organizadas em quatro eixos, a saber: (1) A Educação Financeira como instrumento de emancipação social; (2) Educação Financeira e Inflação: uma abordagem crítica para realidades brasileiras; (3) Educação Financeira em tempos de pandemia: inovação e crítica no ensino de Matemática; e, (4) Outras contribuições para o ensino de Educação Financeira no ensino médio e na EJA.

Neles serão explorados com base nas contribuições específicas de diferentes dissertações, buscando compreender como os autores abordam a inserção da Educação Financeira nos contextos escolares, suas estratégias didáticas e os fundamentos teóricos que orientam suas propostas.

Com isso, pretende-se evidenciar as múltiplas possibilidades de desenvolvimento da Educação Financeira no ensino médio, destacando tanto os avanços quanto os desafios apontados pelas pesquisas analisadas.

5.1- A Educação Financeira como instrumento de emancipação social

Quando abordada sob uma perspectiva crítica, a Educação Financeira vai além da transmissão de conhecimentos técnicos, transformando-se em uma ferramenta de emancipação e conscientização social. É nesse contexto que a dissertação de Gonçalves (2024), intitulada “*À vista ou a prazo: investigações sobre juros, descontos e parcelamentos no contexto da Educação Matemática Crítica*”, se insere.

O estudo investigou como conceitos financeiros podem ser ensinados a alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública da periferia da Zona Leste de São Paulo, articulando a Matemática com as realidades econômicas desses indivíduos.

A pesquisa, desenvolvida em três etapas, buscou demonstrar como cenários de investigação podem favorecer uma compreensão crítica das práticas financeiras cotidianas, em especial o uso do cartão de crédito. Inicialmente, um projeto piloto foi aplicado com nove alunos, seguido por uma etapa revisada com oito participantes, todos da quarta fase da EJA. Diante da limitação de recursos tecnológicos, o autor adaptou o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), priorizando calculadoras em vez de dispositivos móveis.

Os resultados evidenciam o impacto transformador da metodologia. Depoimentos como *“Com esse valor que eu pago de juros, poderia pagar duas contas de água”* ou *“O barato sai caro, e na verdade a pessoa se afunda cada vez mais”* revelam não apenas a assimilação de conceitos matemáticos, mas uma conscientização crítica sobre o endividamento e o consumo.

Gonçalves (2024) destaca que a integração entre Educação Matemática Crítica e Educação Financeira constitui uma estratégia pedagógica potente, alinhada à visão freiriana de educação como prática libertadora. Ao conectar conteúdos abstratos — como juros e parcelamentos — às experiências concretas dos alunos, a abordagem promove uma aprendizagem significativa, capaz de ressignificar suas relações com o dinheiro.

Assim, o estudo reforça que a Educação Financeira, quando contextualizada e crítica, transcende o ensino técnico: ela se torna um mecanismo de transformação social, especialmente em comunidades vulneráveis. Ao equipar os estudantes com ferramentas para analisar as estruturas econômicas que os cercam, essa perspectiva contribui para a formação de cidadãos mais autônomos e conscientes de sua realidade socioeconômica.

5.2- Educação Financeira e Inflação: uma abordagem crítica para realidades brasileiras

A inflação, fenômeno econômico que corrói o poder de compra das famílias, é um tema urgente para a Educação Financeira - especialmente no Brasil, onde sua volatilidade impacta diretamente a população. É nesse contexto que Santos (2023) desenvolveu uma intervenção pedagógica inovadora, utilizando a metodologia de cenários para investigação (baseada em Skovsmose (2001)) para explorar o tema com estudantes do ensino médio e da EJA.

Intitulada *“Educação Financeira e Inflação: uma proposta de cenário para investigação para o ensino de jovens, adultos e idosos”*, a pesquisa foi aplicada em duas

etapas: primeiro, com alunos do 2º ano do Ensino Médio de uma escola particular; depois, com estudantes da EJA em uma escola pública. Essa dualidade permitiu adaptar a abordagem a diferentes realidades, evidenciando a flexibilidade da metodologia.

O cerne da proposta foi a construção coletiva de uma cesta de produtos para calcular um índice de inflação. Essa estratégia, ancorada no cotidiano dos alunos, transformou conceitos abstratos em experiências tangíveis. Mapas mentais e tabelas foram incorporados como ferramentas de apoio, facilitando a visualização de dados complexos.

Os resultados destacam o protagonismo dos estudantes: ao participarem ativamente da pesquisa - desde a seleção dos itens da cesta até a análise do poder de compra -, desenvolveram não apenas autonomia intelectual, mas também uma consciência crítica sobre os mecanismos inflacionários. Como observa Santos (2023), a metodologia transcende a mera transmissão de conteúdo, conectando-se à pedagogia emancipatória de Paulo Freire.

O estudo reforça que a Educação Financeira, para ser efetiva, deve dialogar com as realidades econômicas dos alunos. Ao problematizar a inflação em sala de aula, Santos (2023) oferece um modelo que capacita jovens, adultos e idosos a interpretar e questionar as estruturas que moldam suas condições materiais — um passo essencial para a formação de cidadãos financeiramente conscientes.

5.3- Educação Financeira em tempos de pandemia: inovação e crítica no ensino de Matemática

A pandemia de COVID-19 representou um desafio sem precedentes para a educação global, exigindo adaptações urgentes nas esferas metodológica, tecnológica e pedagógica. No Brasil, esse cenário acelerou a reconfiguração das práticas docentes, com a adoção de estratégias híbridas e digitais para garantir a continuidade do ensino-aprendizagem em meio ao distanciamento social. Para a Educação Financeira, esse contexto de crise abriu espaço para a reinvenção das abordagens pedagógicas, permitindo maior flexibilidade, contextualização e conexão com as urgentes demandas sociais, especialmente em um período marcado por instabilidade econômica e aumento das desigualdades.

É nesse cenário que se insere a pesquisa de Pereira (2024), que articula o ensino de progressões aritméticas (conteúdo da Matemática escolar) com a Educação Financeira crítica em turmas do 1º ano do Ensino Médio. Desenvolvido entre 2020 e 2021 em uma escola privada de Ribeirão Pires (SP), o estudo foi aplicado em duas fases: a primeira, totalmente remota (final de 2020), e a segunda, em formato híbrido (final de 2021).

O cerne da proposta foi a utilização da Tabela SAC (Sistema de Amortização Constante) como ferramenta para analisar financiamentos, amortizações e os efeitos dos juros compostos - temas diretamente vinculados à realidade dos estudantes e de suas famílias, em um contexto de crise econômica e endividamento crescente. Apesar das limitações impostas pelo ensino remoto, a metodologia empregou recursos acessíveis, como planilhas digitais e videoconferências, para promover uma aprendizagem ativa e significativa.

Os resultados evidenciaram que a abordagem não apenas facilitou a compreensão dos conceitos matemáticos, mas também fomentou debates críticos sobre o impacto social do crédito, dos parcelamentos e dos financiamentos de longo prazo. Como destacou Pereira (2024), os alunos passaram a questionar, por exemplo, as consequências do consumo imediatista e as armadilhas dos juros acumulados - reflexões que transcendem a técnica e alcançam uma dimensão cidadã.

Alinhado à BNCC (Brasil, 2018) e à ENEF (Brasil, 2020), o estudo de Pereira (2021) demonstra como a escola pode articular saberes formais e cotidianos para formar jovens autônomos e críticos. Em um mundo marcado por vulnerabilidade econômica e desinformação financeira, iniciativas como essa revelam o potencial transformador da educação: mais do que preparar para provas, prepara-se para decisões reais - e para a construção de uma sociedade mais consciente e justa.

Dessa forma, o estudo transcende seu contexto pandêmico, oferecendo um paradigma educacional relevante para os desafios financeiros contemporâneos. Ao demonstrar como conceitos matemáticos abstratos podem ser transformados em ferramentas de análise da realidade econômica, a pesquisa aponta caminhos para uma educação verdadeiramente emancipatória.

Os resultados evidenciam que, mesmo em cenários adversos, é possível construir práticas pedagógicas que: transformem cálculos em consciência crítica, convertam planilhas em instrumentos de autonomia e transformem aulas remotas em espaços de debate social.

Num contexto pós-pandêmico marcado por inflação, endividamento crescente e crescentes desigualdades sociais, abordagens como está se revelam ainda mais urgentes. A pesquisa sugere que a verdadeira Educação Financeira não se limita a ensinar a calcular juros, mas deve capacitar os jovens a questionar: Que sistema financeiro queremos construir? Como transformar conhecimento matemático em justiça social? Estas perguntas, levantadas indiretamente pelo trabalho, permanecem como desafio aberto para educadores, formuladores de políticas públicas e sociedade como um todo.

5.4 - Outras contribuições para o ensino de Educação Financeira no ensino médio e na EJA

A Educação Financeira tem se consolidado como um eixo fundamental na formação de jovens e adultos, transcendendo o ensino técnico de conceitos matemáticos para assumir um papel transformador na vida dos estudantes. No contexto do ensino médio e da EJA, essa disciplina ganha contornos ainda mais relevantes, pois lida com realidades socioeconômicas diversas e demanda abordagens pedagógicas que sejam, ao mesmo tempo, críticas, inclusivas e significativas.

Nesta seção, são discutidas contribuições que ampliam o horizonte metodológico do ensino de Educação Financeira, abordando desde estratégias interdisciplinares e tecnologias digitais até metodologias lúdicas e valorização dos saberes prévios. Os trabalhos de Santana (2022), Simas (2023), Oliveira (2023), Delesposte (2023) e Schneider (2023) oferecem perspectivas complementares, demonstrando que uma Educação Financeira efetiva não se limita à transmissão de conteúdos, mas deve estar ancorada na realidade dos alunos, promovendo autonomia, reflexão crítica e capacidade de intervenção em suas trajetórias econômicas.

Ao reunir essas pesquisas, buscou-se não apenas mapear tendências e desafios no campo, mas também destacar caminhos possíveis para uma prática pedagógica que dialogue com as demandas do século XXI, seja no enfrentamento das desigualdades digitais, na integração de conhecimentos ou na construção de processos educativos mais dinâmicos e afetivos.

Santana (2022) concentrou-se no ensino de conceitos financeiros básicos, destacando a importância do letramento financeiro para estudantes do Ensino Médio. A autora defende que a Educação Financeira seja contextualizada, ultrapassando a matemática formal e dialogando com as práticas sociais e culturais dos jovens. Além disso, enfatiza a necessidade de estratégias pedagógicas que favoreçam o uso crítico das informações financeiras, evitando a mera reprodução de cálculos.

Simas (2023) explorou a interdisciplinaridade, articulando Matemática e Educação Financeira em projetos sobre consumo consciente e orçamento doméstico. Sua pesquisa demonstra que essa abordagem amplia a compreensão dos alunos sobre as dimensões econômicas, sociais e ambientais do consumo, destacando o papel do professor como mediador crítico no questionamento das práticas financeiras cotidianas.

Oliveira (2023) investigou o impacto de práticas pedagógicas inovadoras que integram as TDIC ao ensino de Educação Financeira, especialmente no contexto de pandemia e ensino híbrido. O estudo ressalta o potencial dos recursos digitais para engajar os alunos, mas também aponta desafios, como o acesso desigual à tecnologia e a necessidade de adaptar estratégias para garantir a inclusão digital.

Delesposte (2023) discutiu o ensino de Matemática Financeira na EJA, propondo metodologias que valorizem os saberes e experiências prévias dos alunos. A autora destaca que o respeito à diversidade cultural e social é fundamental para uma aprendizagem significativa, defendendo uma Educação Matemática Crítica capaz de promover reflexões sobre a realidade econômica e social.

Schneider (2023) propôs uma abordagem lúdica e experimental, utilizando jogos, simulações e dinâmicas coletivas para tornar os conteúdos financeiros mais acessíveis e engajadores. O autor ressalta que essas estratégias incentivam o protagonismo estudantil e reforçam a importância da afetividade e do vínculo pedagógico na motivação para a aprendizagem.

As pesquisas analisadas demonstram que a Educação Financeira no ensino médio e na EJA deve incorporar estratégias que promovam interdisciplinaridade, inclusão digital, protagonismo estudantil e reconhecimento de saberes prévios. Como evidenciam Santana (2022) e Simas (2023), o diálogo com as práticas socioculturais é essencial para a relevância do ensino. Oliveira (2023) destaca os desafios e oportunidades das TDIC, enquanto Delesposte (2023) reforça a necessidade de uma abordagem crítica. Por fim, Schneider (2023) sublinha o potencial das metodologias lúdicas para engajar os alunos.

Elas apontam para uma abordagem multidimensional, que integra: contextualização crítica, vinculando os conteúdos às realidades sociais e culturais dos estudantes; interdisciplinaridade, rompendo com os limites tradicionais da Matemática Financeira; inclusão digital, aproveitando as TDIC sem perder de vista as desigualdades de acesso; valorização de saberes prévios, especialmente na EJA, onde as experiências de vida são fundamentais; ludicidade e experimentação, tornando a aprendizagem mais dinâmica e significativa.

Essas perspectivas convergem para um mesmo princípio: a Educação Financeira deve formar cidadãos autônomos, capazes não apenas de gerenciar recursos, mas de questionar estruturas econômicas e atuar criticamente em seus contextos. Os desafios são significativos — desde a formação docente até as barreiras tecnológicas —, mas as possibilidades abertas

por essas pesquisas renovam o compromisso com uma pedagogia financeira verdadeiramente emancipatória.

Como próximo passo, seria produtivo investigar como essas estratégias se articulam em práticas cotidianas, avaliando seu impacto real na vida dos estudantes. Afinal, o maior indicador de sucesso não está nas notas ou conceitos, mas na capacidade desses jovens e adultos de transformarem seu entorno a partir do conhecimento construído em sala de aula.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar um panorama sobre como a Educação Financeira vem sendo discutida no ensino médio, em um período pós-pandemia, em especial, nos estudos produzidos em mestrados profissionais espalhados pelo Brasil. A análise das produções acadêmicas permitiu identificar convergências teórico-metodológicas significativas, bem como desafios persistentes na consolidação dessa temática como eixo formativo crítico.

Os resultados evidenciam que as abordagens mais efetivas compartilham uma fundamentação comum na pedagogia freiriana, articulando conceitos matemático-financeiros a uma leitura crítica da realidade socioeconômica dos educandos.

As contribuições teóricas e práticas apresentadas pelos estudos de Gonçalves (2024) e Santos (2023) destacam a importância de metodologias baseadas em cenários de investigação, conforme proposto por Skovsmose (2001). Essas abordagens demonstram empiricamente que tal metodologia potencializa a transição de uma educação tradicional, muitas vezes caracterizada por uma postura bancária, para uma prática pedagógica libertadora. Nesse processo, conceitos como juros e inflação são analisados não apenas como elementos econômicos, mas também como instrumentos de opressão ou de autonomia, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e emancipada por parte dos estudantes.

No âmbito da resiliência pedagógica em contextos adversos, a pesquisa de Pereira (2021) oferece contribuições relevantes ao debate sobre educação em situações de emergência. Ao validar estratégias pedagógicas híbridas, que conciliam o rigor conceitual com a criticidade, mesmo diante de limitações tecnológicas, o estudo evidencia a importância de práticas resilientes e adaptativas. Essas estratégias possibilitam a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, garantindo que a qualidade do ensino seja preservada mesmo em condições desafiadoras.

Os estudos de Santana (2022), Schneider (2023) e Delesposte (2023) apontam para a necessidade de superar dicotomias estéreis que frequentemente permeiam as discussões metodológicas na educação. Entre essas, destacam-se as polarizações entre formalismo matemático e contextualização social, tecnologias digitais e inclusão de populações marginalizadas, bem como saberes escolares e experiências extraescolares. Essas reflexões indicam a importância de uma abordagem metodológica que reconheça a complexidade e a interdependência desses elementos, promovendo uma compreensão mais integral, inclusiva e contextualizada dos processos educativos.

As implicações para as políticas educacionais apontam para a necessidade de uma revisão das diretrizes curriculares, de modo a promover uma abordagem mais crítica e contextualizada da Educação Financeira. Nesse sentido, recomenda-se a inclusão de objetivos de aprendizagem que articulem competências matemáticas com a consciência crítica, como a análise de contratos de crédito sob perspectivas econômicas e jurídicas.

Além disso, é fundamental que as orientações pedagógicas esclareçam a relação entre as tecnologias digitais e a promoção da equidade, garantindo que as práticas pedagógicas favoreçam a inclusão e o desenvolvimento de uma postura crítica frente às questões financeiras e tecnológicas.

Para além das mudanças no currículo, é imprescindível que os indicadores de avaliação transcendam as métricas cognitivas tradicionais, incorporando dimensões que reflitam aspectos subjetivos e sociais do desenvolvimento financeiro. Assim, recomenda-se a adoção de indicadores que mensurem a autopercepção de autonomia financeira dos estudantes, bem como seu engajamento em ações comunitárias relacionadas à economia solidária. Essas dimensões contribuem para uma avaliação mais integral do processo de formação, alinhada com os princípios de uma educação crítica, emancipadora e socialmente responsável.

Este estudo reafirma que a Educação Financeira, enquanto prática social crítica (Freire, 1996), possui potencial de atuar como um antídoto contra a naturalização das desigualdades. No entanto, sua efetividade plena depende de superar desafios interligados: epistemológico, por meio da construção de marcos teóricos que integrem Economia Política, Pedagogia e Matemática; metodológico, através de pesquisas capazes de captar transformações subjetivas e materiais; e político, por meio da articulação entre academia, escolas e gestores públicos para institucionalizar as inovações.

Para finalizar, como evidenciam os casos analisados, uma Educação Financeira verdadeiramente transformadora não se limita à transmissão de algoritmos, mas problematiza as estruturas que geram vulnerabilidade, uma tarefa que, conforme Freire (1996), é fundamentalmente ética e política.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

BOYER, C. B. **História da Matemática**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília: BCB, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira, ENEF. 10.393/2020. **Decreto** nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm . Acesso em: 06 ago. 2025.

COSTA, A. P. R. **Educação Financeira na sala de aula: uma proposta metodológica para o Ensino de Matemática no Ensino Médio**. 2022. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

DESLESPOSTE, T. **Educação Financeira em uma perspectiva crítica para o mundo do trabalho: uma proposta didática com estudantes do ensino médio integrado**. 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

FERREIRA, A. G. **Metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, H. L. **Educação Financeira Escolar e Educação Matemática: A desigualdade social no Brasil**. 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, J. V. S. **A Vista ou A Prazo: investigação sobre juros, descontos e parcelamentos no contexto da educação matemática crítica**. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

LABORÃO, G. G. **A Educação Financeira no Ensino Médio: Perspectivas e Possibilidades**. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O.S. **Financial Literacy Around the World**: Insights from the Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. Cambridge: MIT Press, 2014.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 4, p. 509–525, 2011.

Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17108/w17108.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

MORAES, M. G. **Educação Financeira**: uma investigação estatística de situações reais. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

OECD. **Education at a Glance 2016**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2016.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/eag-2016-en> >. Acesso em: 12 jun. 2025.

OECD. **Education at a Glance 2020**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020_19b01e87-en>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OLIVEIRA, J. R. **Educação Financeira no Ensino Médio**: Um ensino com significado. 2023. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023.

PEREIRA, G. D. **Educação Financeira e Progressões Aritméticas**: uma proposta de cenário para investigação voltada ao primeiro ano do ensino médio. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

PORVIR. **Desafios na matemática financeira**: resultados do Pisa no Brasil. São Paulo: Porvir, 2024. Disponível em: <https://porvir.org/fortalecer-ensino-matematica-educacao-financeira/>. Acesso em: 29 maio 2025.

PUTON, M. L. **Ensino de Educação Financeira**: uma investigação por meio de situações de aprendizagem com uma turma de ensino médio. 103 f. (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas Instituição de Ensino) Universidade do Vale do Taquari, Lajeado Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital da Univates.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte".

Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SANTANA, M. R. S. M. **Educação Financeira Escolar**: uma proposta de atividades para o Ensino Médio baseada nas concepções de pesquisas brasileiras no período de 2016 a 2021. 2022. 214 f. Dissertação (Mestrado em Práticas de Educação Básica) – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, F.G. **Educação Financeira e Inflação**: uma proposta de cenário para investigação para o ensino de jovens, adultos e idosos. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SCHNEIDER, B. **Letramento Financeiro no Ensino Médio: Uma abordagem através da Resolução de problemas**. 2023. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Universidade de Blumenau, Blumenau, 2023.

SERASA. **Mapa de Inadimplência e Negociação de dívidas no Brasil**. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SIMAS, M. R.P. **A Educação Financeira sob a luz da teoria de registro e representações semiótica: Análise de uma sequência didática para alunos da 1ª Série do Ensino Médio**. 2023. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2023.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: A questão da democracia**. Campinas, SP: Papirus, 2001 – (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).